

# IDENTIDADE E ALTERIDADE: REGISTROS ICONOGRÁFICOS E SOCIOLÓGICOS DO BRASIL NO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

*Maria Lygia Quartim de Moraes*<sup>2</sup>  
Deptº de Sociologia do IFCH/UNICAMP

## SUMÁRIO

A descoberta e a colonização do Brasil pelos países europeus se fez sob a égide da procura do Paraíso Perdido – ou do Éden Terrestre –, utopia que animava o imaginário europeu seiscentista. Ao mesmo tempo, no contexto geral da expansão do capitalismo comercial, as monarquias européias, então dominantes, submeteram os habitantes e as terras das Américas à busca obstinada de riquezas minerais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Congresso Internacional “Pós Colonialismo e Identidade”, realizado na Universidade Fernando Pessoa, Porto – Portugal, 11-15 de junho de 1996. A pesquisa que permitiu elaborar o presente estudo foi financiada pelo CNPq, ao qual manifestamos aqui nosso reconhecimento.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela USP, Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da UNICAMP, Pesquisadora do CNPq.

Assim, na esteira dos portugueses, “iniciadores do movimento expansionista” e dos espanhóis (que dividiram entre si o Novo Mundo) vieram os ingleses, franceses e holandeses. A ocupação definitiva do território americano acelera-se com o estabelecimento da monocultura de exportação, especialmente a cana-de-açúcar, com a utilização de trabalho escravo.

Nos primórdios do século XIX, o Brasil era um país territorialmente descontínuo, sem identidade nacional. Acossada pelas tropas napoleônicas a Coroa Portuguesa foge para o Brasil, transformando a cidade do Rio de Janeiro em sede do império português. A abertura dos portos para as nações amigas, em 1808, estimulou o afluxo de viajantes interessados em conhecer o Novo Mundo.

Em 1816, a Missão Artística Francesa trouxe Jean Baptiste Debret, que permaneceu no Brasil por mais de dez anos. Em 1821, chegou Johann Moritz Rugendas, membro da Missão Científica Langsdorf. Ambos pintores de profissão e argutos observadores da realidade brasileira deixam importante legado iconográfico e sociológico sobre as contradições morais e sociais do Brasil.

A proposta deste trabalho é discutir o processo de construção da identidade brasileira, vale dizer, algumas das dimensões do “paradigma civilizatório” escravagista, a partir das imagens pictóricas e das análises sociais desses dois observadores da realidade brasileira. A hipótese principal é que a desvalorização da força de trabalho e o patrimonialismo das classes dominantes, decorrência do legado escravagista, estão na raiz das dificuldades de consolidação de regimes democráticos em países ex-colônias, como é o caso do mundo luso-afro-brasileiro.

## 1. INTRODUÇÃO

Na arte pictórica é fácil ver os elementos, tanto da estrutura como de representação. Uma pintura é normalmente uma pintura “de” alguma coisa: pinta e ilustra “tema” composto de coisas análogas ou “objetos”, no sentido sensitivo. Ao mesmo tempo, estão presentes certos elementos do plano pictórico: o que uma pintura representa organiza-se em modelos estruturais e convenções que se encontram somente nas pinturas. As palavras “conteúdo” e “forma” são amiúde empregadas para descrever esses aspectos complementares da pintura.

O “realismo” conota uma “ênfase” no que a pintura representa; a estilização, quer primitiva, quer refinada, conta uma ênfase na estrutura pictórica..... (Mas) toda a arte da pintura se situa dentro de uma combinação entre “forma” pictórica ou estrutura, com o “conteúdo” ou assunto.<sup>3</sup>

Northrop Frye nos ajuda a apresentar as duas dimensões básicas deste trabalho. O seu “conteúdo” seria dado pela questão das “raízes históricas da identidade brasileira” e sua “forma” pelas imagens pictóricas das pinturas e aquarelas de viajantes estrangeiros, autores das primeiras representações sobre o Brasil e seus habitantes. O tema “que mais é este” será apresentado através dos registros iconográficos referentes a um momento crucial da história social brasileira: a chegada da Corte Portuguesa, no início do século XIX, transformando o Rio de Janeiro em capital imperial.

---

FRYE, Northrop. *Anatomia da Crítica*. São Paulo, Editora Cultrix, 1973, p. 133.

Começemos por seus habitantes. O Brasil, nos albores do século XVII, era um vasto território de florestas, matas e rios, com mais de 8 mil kms de praias banhadas pelo Oceano Atlântico. Uma cifra impossível de ser confirmada avalia em alguns milhões os habitantes originais destas belas e amenas terras. Desse total, restariam hoje cerca de 200 mil indígenas, uma ínfima parcela da população brasileira:

Povos e povos indígenas desapareceram da face da terra como consequência do que hoje se chama, num eufemismo envergonhado, "o encontro" do Antigo e Novo Mundo". Esse morticínio nunca visto foi fruto de um processo complexo cujos agentes foram homens e microorganismos mas cujos motores últimos poderiam ser reduzidos a dois: ganância e ambição, formas culturais da expansão do que se convencionou chamar o capitalismo mercantil.<sup>4</sup>

Parafraseando Jennings: a América não foi descoberta, foi assaltada.<sup>5</sup> Sob os imperativos da obtenção de bens e riquezas, os habitantes locais – as populações tribais – foram os primeiros a serem escravizados. A legislação indigenista portuguesa distingue bem os índios aliados (e aldeados) dos índios inimigos. Esses últimos seriam tratados com todos os rigores previstos contra os bárbaros, como consta da Carta Régia de 2/3/1686. Assim, a produção colonial constitui-se a base da escravidão indígena: da extração do pau-brasil, de drogas do

---

<sup>4</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. "Introdução a uma história indígena". In: *História dos Índios no Brasil* (org. Manuela Carneiro da Cunha) FAPESP/SMC. Companhia das Letras, 1992, p.13.

<sup>5</sup> JENNINGS, Francis. *The invasion of America: indians, colonialism and the quest of conquest*. Chappel Hill, University of North Carolina Press, 1975.

sertão ao plantio da cana-de-açúcar, na construção de fortificações, enfim, em todos os empreendimentos que demandassem energia laboral".<sup>6</sup> Não obstante a preocupação da Igreja Católica e esforços da Coroa Portuguesa, a verdade é que os índios foram escravizados até o século passado.

A partir da introdução dos escravos africanos articula-se o chamado "comércio triangular", base do sistema colonial no Novo Mundo, e o Brasil transforma-se no maior receptor da escravidão africana, bem como um dos poucos países em que a independência não implicou na libertação da escravatura, mantida até o final do século XIX.

A nascente sociedade brasileira caracteriza-se pela exploração brutal do trabalho escravo importado da África e pelo desprezo e desqualificação dos trabalhos manuais. Ao mesmo tempo, o escravagismo brasileiro, especialmente no referente às relações entre escravos doméstico e patrões, definiu o paradigma das relações hierárquicas e clientelísticas prevalecente no trato das coisas públicas e o famoso "jeitinho" brasileiro. O particularismo, como tão bem entendeu José Guilherme Merquior,<sup>7</sup> constitui o vício político comum aos países de origem ibérica nos quais não predominaram os valores igualitários e libertários próprios às revoluções francesa e norte-americana. Assim, discutir as características específicas da nascente nação brasileira, tendo como eixo a questão do trabalho (e seu estatuto na sociedade colonial) e das relações doméstico-familiares, pode nos ajudar bastante na compreensão das di-

---

<sup>6</sup> FREITAS, op. cit. p.15.

<sup>7</sup> Vide *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.

ficuldades históricas para o estabelecimento da democracia como valor e forma de governo no contexto das ex-colônias ibero-americanas que receberam milhões de africanos como escravos.

## 2. OS VIAJANTES DO SÉCULO XIX E A REALIDADE NACIONAL BRASILEIRA: O OLHAR ILUMINISTA

### 2.1. Introdução

Os viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil durante o século XIX, especialmente na sua primeira metade, traziam uma nova ótica. Com o iluminismo, os espíritos mais avançados da época tentarão se fiéis ao lema kantiano: *Sapere aude*. O mundo natural sofre uma reavaliação e, a partir deste “ousar saber”, emerge um novo conceito de natureza, enraizado no Renascimento e nos sistemas filosóficos do século XVII. Sua mais marcante característica está na nova relação entre sensibilidade e entendimento, entre experiência e pensamento, entre *mundus sensibilis* e *mundus inteligibilis*, como acentua Ernst Cassirer:

A ênfase na dialética, do sensível e do inteligível dá a contemporaneidade do Iluminismo, rompendo com a concepção medieval e cristã do conhecimento. Para a Ilustração, é natural todo o pensamento que procede do próprio homem e da razão humana sem apoiar-se em outra fonte de certeza... A natureza significará, portanto, não mais um círculo de objetos mas um determinado horizonte do saber, de abarcar a realidade.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> CASSIRER, Ernest. *La filosofía de la Ilustración*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1950, p.56.

O Iluminismo mantém-se fiel ao paradigma científico de Isaac Newton que preconizava ser mais necessário descrever a natureza do que conhecê-la. Buffon, com sua *História Natural*, firma-se como um precursor da “arqueologia da natureza”, afirmando que:

assim como na história se faz uso de documentos, examinando-se moedas e medalhas, decifrando-se as inscrições antigas para nos darmos conta, através deles, das mudanças verificadas e para fixar as épocas do acontecer espiritual, também na história natural temos que pesquisar nos arquivos do mundo, arrebatar das entranhas da Terra os monumentos mais antigos, juntar as ruínas e todos os testemunhos das mudanças físicas que nos podem levar às diversas idades da natureza, reunindo-os em um só corpo de testemunhos.<sup>9</sup>

Desvendar os segredos da natureza significa, pois, conhecê-la minuciosamente a partir de suas manifestações físicas. Temos de destacar o aspecto “testemunhal” desta visão naturalista que transforma os estudiosos e cientistas em incansáveis arquivistas e o Novo Mundo em um amplo laboratório. Ao longo do século XIX, flora, fauna, paisagens, homens e mulheres serão objetos de um olhar que pretende registrar. O grande naturalista Martius (1794-1868) – em três anos de permanência no Brasil – realizou um levantamento titânico que culminou com a *Flora Brasilienses*, obra na qual estão descritas mais de vinte mil espécies (sendo que seis mil eram desconhecidas até então) e que constituiu a base de nossa botânica.

---

<sup>9</sup> Idem, p. 93.

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), outro eminente naturalista, percorreu na mesma época o Brasil, durante seis anos, legando-nos uma profusão de conhecimentos sobre o mundo natural e o mundo social brasileiro. Ele começa seu livro *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais* com a seguinte – e exemplar – confissão.

Desde a mais tenra infância nutri irresistível paixão pela História Natural (...) e logo que me foi possível dispor de minha pessoa, entreguei-me com ardor ao estudo das plantas. O gosto pela História Natural faz nascer o de viajar. Após ter estudado os objetos que o rodeiam, o observador sente a necessidade de examinar outros e daí esse desejo ardente, que experimentam quase todos os naturalistas, de visitar regiões longínquas. Quando o Rei D. João VI mudou para o Rio de Janeiro a sede de seu império, o Brasil abriu-se, finalmente, aos estrangeiros. Essa terra, nova ainda, prometia aos naturalistas as mais ricas mesetas: foi ela que eu me dispus a percorrer.<sup>10</sup>

Essas considerações poderiam ter sido feitas por muitos dos viajantes estrangeiros do século XIX e valem para dois artistas responsáveis pelo registro iconográfico dos habitantes desta porção portuguesa do Novo Mundo. Jean-Baptiste Debret (1768-1848) e Johann Moritz Rugendas (1802-58) destacam-se entre os viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil da primeira metade do século XIX, pelo tempo de permanência e pela dupla herança: um legado artístico e iconográfico e um legado sociológico. Ambos os pintores retratam o país numa passagem decisiva de sua história, quando a invasão de Portugal

---

<sup>10</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p.7.

pelas tropas napoleônicas, em 1807, implicou no fato inédito da transferência da Corte e da capital do império lusitano para a longínqua colônia no Novo Mundo. É quando se dá a “metropolização” do Rio de Janeiro e a abertura do Brasil aos viajantes estrangeiros.

Miriam Moreira Leite, cuja obra sobre os viajantes no Brasil do século XIX constitui referência obrigatória para quem se aventure no gênero, realiza uma análise acurada do valor testemunhal da literatura de viagem, especialmente nos pontos concernentes ao volumoso *corpus* de livros de viagem escritos por estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro neste período. A autora, inicialmente, comenta que os livros de viagem constituíam um gênero literário próprio da época e eram considerados por seus autores como *macrocorpus documental*.<sup>11</sup>

A autora ressalta a capacidade de observação dos viajantes que, por serem estrangeiros, oriundos de outras sociedades e culturas, foram capazes do “estranhamento” necessário para a percepção das características que os próprios habitantes não se davam conta. Ademais, os livros de viagem são depoimentos a respeito de situações testemunhais, como acentua Miriam Moreira Leite, que também aponta para os limites (o etnocentrismo, como preconceito cultural, racial e de classes) e o caráter fragmentário da literatura de viagem. A postura, via de regra, é do “civilizado” diante de uma população atrasada.

Todas estas considerações foram levadas em conta quando se tratou de escolher, no universo da literatura de viagem, as mais completas visões da realidade social do Brasil nos primórdios do século

---

<sup>11</sup> LEITE, M.L.M. A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo. Editora HUCITEC, 1982, p. 12..

XIX: Jean-Baptiste Debret (1768-1848), que veio na Missão Artística Francesa de 1815 e Johann Moritz Rugendas (1802-1858) na Missão Científica de Langsdorff, em 1822.

### 3.2. O Olhar e o Espírito

Discorrendo sobre a relação entre “olho e espírito”, o filósofo francês Merleau Ponty<sup>12</sup> cita a afirmação de Cézanne de que o pintor pensa com a pintura. A especificidade da contribuição de Debret e Rugendas está na sua dupla dimensão de representação pictórica acompanhada de fartas análises textuais. Através de suas aquarelas e textos, a nascente sociedade brasileira é pensada e descrita em flagrantes de seu cotidiano doméstico e público. Lygia F.F. da Cunha, na apresentação da edição brasileira de *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou, Séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'à 1831)*, avalia da seguinte maneira a obra de Debret:

“é o mais completo documentário social, histórico e paisagístico que se conhece pois cada prancha por ele desenhada e aquarelada foi posteriormente transferida para litografia e acompanhada de um texto descritivo, tornando-se o testemunho fiel de um período da história brasileira”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> MERLEAU PONTY, Coleção Pensadores. Vol. 41. São Paulo: Editora Abril, 1975.

<sup>13</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 3 volumes. São Paulo, Editora Itatiaia/ Edusp, 1989, p.13.

Sérgio Milliet, por sua vez, ressalta o caráter documental da obra de Rugendas, qualificando-a de “registros ímpares”:

ele foi, principalmente, um grande desenhista; não é portanto de se lhe exigirem uma acuidade e uma precisão estilística que nem sempre se encontram nos melhores escritores. Mas, mesmo amputada de suas belíssimas gravuras, com todos os seus erros e todas as suas confusões, sua obra constitui um dos mais curiosos e honestos documentos acerca do Brasil antigo.<sup>14</sup>

Em síntese, Debret e Rugendas observaram a sociedade brasileira a partir da ótica do Iluminismo, vale dizer, sensíveis para a violência intrínseca ao escravagismo, responsabilizando a perversidade das instituições sociais pelos problemas enfrentados pelo país.

#### 4. JEAN- BAPTISTE DEBRET (1768 -1848)

“Dava eu tamanha importância a vantagem de poder admirar a beleza do ambiente brasileiro, e principalmente a glória de propagar o conhecimento das belas-artes entre um povo ainda na infância, que não hesitei em associar-me aos artistas distintos, meus compatriotas, os quais, sacrificando por um instante suas afeições particulares, formaram esta expedição pitoresca”.<sup>15</sup>

Com estas palavras, Debret inicia o relato de sua participação na Missão Francesa de 1816 que, em termos de sua vida pessoal, foi bem

---

<sup>14</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Editora Itatiaia/Edusp, 1989, p. 166.

<sup>15</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 3 volumes. São Paulo: Editora Itatiaia/Edusp, 1989, p. 23.

mais do que uma “expedição pitoresca”. A vinda de Debret obedeceu ao propósito civilizador de adequar a capital do império às suas novas funções. É conhecido o apego de Debret aos ideais da Revolução Francesa bem como a influência recebidas de seu tio, o líder da escola neo-clássica francesa, Jacques Louis David. Aliás, é a queda de Napoleão, aliada à dor pela perda do filho único, que precipita sua decisão de juntar-se à missão artística francesa, desembarcando no Rio de Janeiro no dia 26 de março de 1816. A cidade tinha então cento e trinta mil habitantes. Debret, que vinha para uma estada de 6 anos, permaneceu no país mais do dobro do tempo previsto, tendo conseguido seu objetivo primeiro, que era a fundação da Academia Imperial de Belas Artes, inaugurada em 1829. Em 1831, Debret retorna à França. A longa permanência no Brasil mudou seu olhar pois o padrão estético neo-clássico com que aportara da França não resistiu à dureza e rusticidade das relações sociais no Brasil.<sup>16</sup>

### **A ótica dos viajantes: Debret**

#### **a) Os habitantes do Brasil**

Qual a sociedade que Debret nos mostra? Em termos estatísticos, e segundo os dados de Ferdinand Denis, a população é de cerca de 4,7 milhões de pessoas, dos quais, 2,5 milhões são livres, 1,1 milhão é

---

<sup>16</sup> NAVES, Rodrigo "Os dilemas da arte brasileira de Debret". In: *O Estado de São Paulo*, 22/2/94.

constituída por escravos e 800 mil são índios conhecidos. Assim, não é surpreendente a observação de que

tudo assenta, neste país, no escravo negro; na roça, ele rega, com seu suor as plantações do agricultor; o comerciante fá-lo carregar pesados fardos; se pertencer ao capitalista, é como operário ou na qualidade de moço de recados que aumenta a renda do senhor.<sup>17</sup>

Os habitantes do país, por sua vez, constituem uma massa heterogênea: os “brasileiros”, nas primeiras décadas do século XIX, eram apenas parte da população que vivia no país. Debret nos informa que:

o governo português estabeleceu, por meio de onze denominações usadas na linguagem comum, a classificação geral da população brasileira pelo seu *grau de civilização* (grifo meu). Raças: Portugueses, brasileiros, mulatos, mamelucos, índios puros, caboclos, índios selvagens, negros de África, crioulo, bode, curiboca.<sup>18</sup>

b) Os portugueses e a “moral da ociosidade”: o estigma do trabalho físico.

O cesto brasileiro serve, ao negro, para transportar à cabeça diferentes espécies de objetos. (...) É a esses negros carregadores (...) que se dá o nome de negro de ganho; espalhados em grande número pela cidade, apresentam-se imediatamente ao aparecer alguém à porta, tendo-se tornado tanto mais indispensáveis, quanto o orgulho e a indolência do português consideram des-

---

<sup>17</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 3 volumes. São Paulo, Editora Itatiaia/ Edusp, 1989, p.13.

<sup>18</sup> Idem, p.15.

prezível quem se mostra no Brasil com pacote na mão, por menor que seja.<sup>19</sup>

Sabemos que, via de regra, as relações sociais baseadas na escravidão implicam na desqualificação do trabalho produtivo e de toda e qualquer manifestação de operosidade. Isto faz com que, muitas vezes, seja difícil aquilatar até que ponto as mulheres das classes proprietárias e classes médias estavam ou não envolvidas nas tarefas domésticas. Dada a valorização da “ociosidade”, não é de se estranhar que as mulheres brancas das classes proprietárias sintam-se constrangidas em executarem em público tarefas socialmente consideradas como própria a serviçais. Nas palavras de uma perspicaz viajante francesa, Adèle Toussaint-Samson, que permaneceu no Brasil por mais de dez anos:

A brasileira põe o maior empenho em não ser vista nunca em ocupação qualquer. Entretanto, quem for admitido a intimidade, achá-la-á pela manhã, sem meias, com um penteador de caça por vestido, presidindo a fabricação de doces, cocadas, arrumando os nos tabuleiros de pretos ou pretas, que os levam a vender pela cidade”.<sup>20</sup>

Assim, na intimidade, a mulher branca estaria mais próxima dos afazeres domésticos (e manuais), do que as regras de *status* e bom-tom vigentes na época. Debret, diferentemente da sua ilustre compatriota, não chegou a conviver com a intimidade das mulheres brasileiras como o fizeram as viajantes do sexo feminino. Suas observações,

---

<sup>19</sup> Idem, p.23.

<sup>20</sup> TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. *Viagem de uma pariziense ao Brasil*. Estudo e crítica dos costumes brasileiros por Me. Toussaint-Simon; trad. de A.E.C.C. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Constit. de J.Villeneuve & C., 1883, p.66.

neste sentido, são mais ilustrativas da representação que os europeus, em geral, faziam a respeito das mulheres brasileiras (cujo padrão de comportamento, diga-se de passagem, correspondia à cultura mediterrânea, em que a maternidade é bastante valorizada e o recato feminino é regra). Aliás, também é preciso dizer que as mulheres no Brasil estão nas ruas trabalhando: mais aí se trata de escravas negras ou negras livres, logo socialmente inferiores e que não são consideradas integrantes daquelas a quem Debret se refere como “senhoras”.<sup>21</sup>

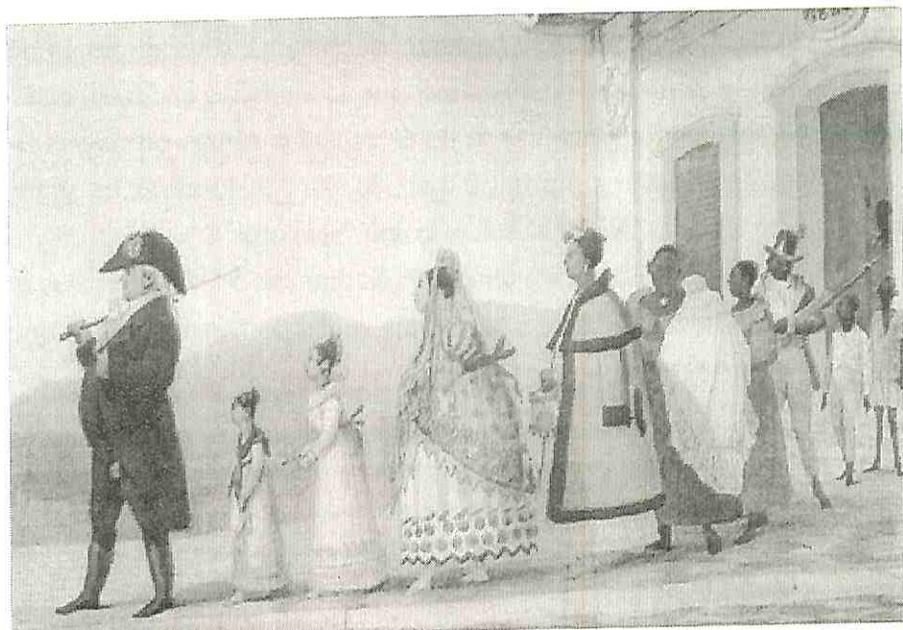
No texto que descreve o conteúdo da prancha 5 (*Um funcionário a passeio com sua família*) é a hierarquia social do Brasil Colônia que é ironicamente descrita:

Após dois meses de travessia, percorrendo pela primeira vez as ruas do Rio de Janeiro obstruídas por uma turba agitada de negros carregadores e de negras vendedoras de frutas, sentimo-nos, nós franceses, estranhamento impressionados com o fato de não ver nenhuma senhora, nem nos balcões nem nos passeios. Tivemos, entretanto, que nos resignar e esperar até o dia seguinte, dia de festa, para observar inúmeras nas igrejas. (...) A cena aqui desenhada representa a partida, para o passeio, de uma família de fortuna média, cujo chefe é funcionário. Segundo o antigo hábito observado nessa classe, o chefe de família abre a marcha, seguido, imediatamente, por seus filhos, colocados em ordem de idade, indo o mais moço sempre na frente; vem a seguir a mãe, ainda grávida, atrás dela, sua criada de quarto, escrava mulata, muito mais apreciada no serviço do que as negras; seguem-se a ama negra, a escrava da ama, o criado negro do senhor, um jovem escravo em fase de aprendizado, o novo negro recém-comprado, es-

---

<sup>21</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. 3 volumes. São Paulo, Editora Itatiaia/Edusp, 1989, p.13. (Cenas domésticas: pranchas 5, 6, 7 e 8).

cravo de todos os outros e cuja inteligência natural mais ou menos viva vai desenvolver-se a chicotadas.<sup>22</sup>



Prancha 5.

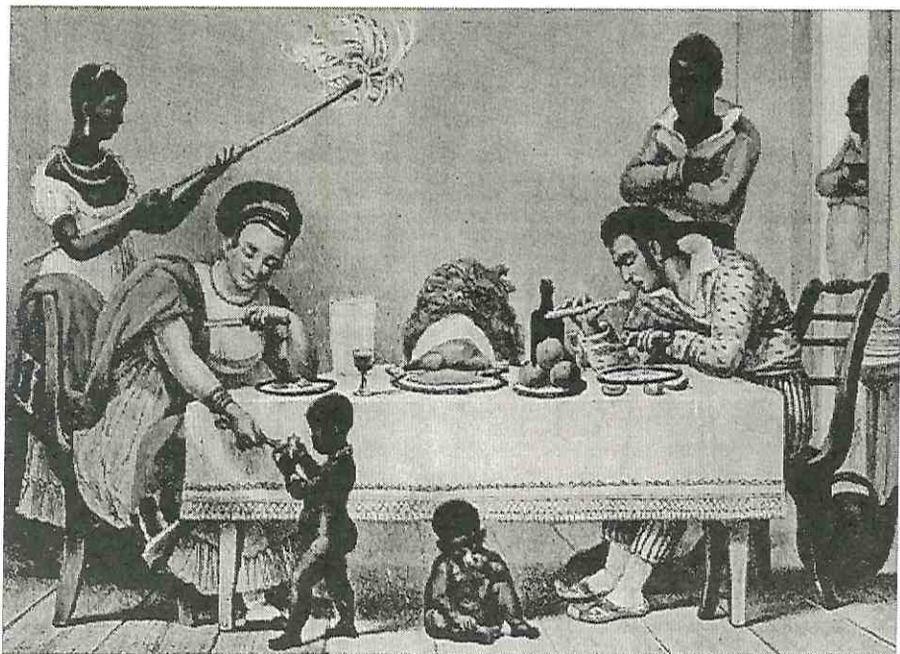
A partir de uma corriqueira cena do passeio de uma família é toda uma sociedade altamente hierarquizada – e baseada em intensas relações pessoais – que desfila diante dos nossos olhos. A mucama negra é a queridinha da senhora e a mais provável receptora da eventual “generosidade” de sua senhora: a ama negra tem uma escrava a seu uso e, abaixo de todos, está o negro recém adquirido.

Da mesma maneira, o texto explicativo da prancha 7, “O jantar no Brasil” traz uma crítica mordaz aos horizontes estreitos e prosaicos dos “brasileiros” (vale dizer, dos brancos nascidos no país):

---

<sup>22</sup> Idem, p. 50.

“No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume, durante o tête-a-tête de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos, que substituem os doguezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses molecotes, amados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues a tirania dos outros escravos, que os domam a chicotadas e os habituam, assim, a compartilhar com eles das fadigas e dis-sabores do trabalho”.<sup>23</sup>



Prancha 7.

Assim, as crianças negras, tratadas como pequenos macacos caprichosos por senhoras indolentes e permissivas, serão bruscamente

---

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*.

arrancadas do convívio das patroas e entregues a outros escravos, cujo ressentimento será canalizado na “educação” a chicotadas com que tornarão seus companheiros de infortúnio aptos para a escravidão.

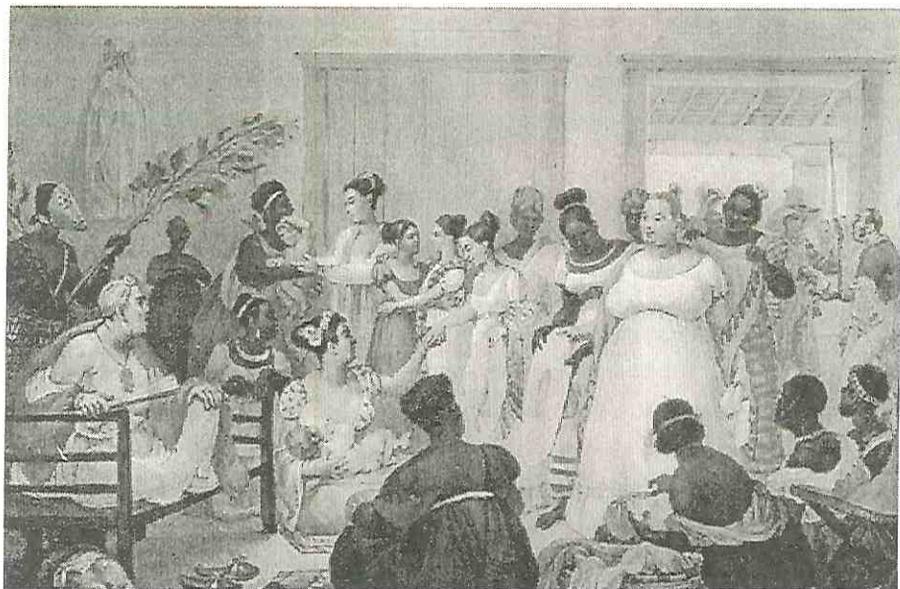
c. As famílias das classes dominantes: a sociedade rural

“Quanto aos hábitos, seguindo os costumes ancestrais, ocupa-se uma mulher, exclusivamente da fiscalização e manutenção de numerosa família, em geral constituída de doze a catorze filhos ou às vezes mais, mas sujeita, pela exigências dos negócios, a ver seus filhos exercerem funções longe dela, seu consolo limita-se a gratidão de suas filhas, que se revezam para vir com sua pequena família fazer-lhe companhia. Obedientes desde o berço aos hábitos de sua mãe, como ela se levantam de madrugada e, após o banho habitual, saem para respirar o ar fresco. Ao fim de uma hora de passeio, a dona da casa volta e vai sentar-se na sua marquesa, que lhe serve de leito de repouso durante o dia; perto dela se mantém sempre duas ou três mucamas a espera de ordens (...).

A cena representa a dona da casa, sentada na sua marquesa em traje de recepção, isto é, com um xale pudicamente jogado sobre os ombros mal cobertos e que ela refresca com um enorme leque agitado durante o resto da noite. Ao pé da marquesa, sentada numa esteira de Angola, uma de suas filhas, casada e mãe, aleita seu último filho, atrás, a criada de quarto, negra, está de joelhos; uma outra escrava apresenta o segundo filho da jovem ama (...). Atrás da dona de casa, uma de suas jovens escravas, revela ao europeu o exemplo de um acréscimo de infelicidade pelo espetáculo doloroso da máscara de zinco com que o rosto da vítima está coberto, índice sinistro da resolução tomada de morrer comendo terra.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Idem, p. 28.



Prancha 10.

As mulheres das classes dominantes permanecem confinadas nos ambientes familiares – seu poder decorre do seu papel de esposa e de mãe dos filhos legítimos e do controle da vida doméstica – parte expressiva da sociabilidade nas cidades, constituindo o único “local público” que as mulheres podiam freqüentar mais livremente. As ruas das cidades, como ilustram as gravuras, são freqüentadas pelas mulheres pobres: escravas e trabalhadoras.

#### d. Os pés calçados como signo de *status* social

O europeu que chegasse ao Rio de Janeiro em 1816 mal poderia acreditar, diante de “o número considerável de sapatarias, todas cheias de operários, que esse gênero de indústria se pudesse manter numa cidade em que cinco sextos da população andam

descalços. Compreendia-o entretanto logo, quando lhe observavam que as senhoras, usando exclusivamente sapatos de seda para andar com qualquer tempo por cima de calçadas de pedras, que esgarçam em poucos instantes o delicado calçado, não podiam sair mais de dois dias seguidos sem renová-los, principalmente para fazer visitas. (...).<sup>25</sup>

Quando de nossa chegada, as sapatarias se situavam na pequena Rua dos Barbeiros, primeira travessa da Rua Direita (...) hoje, as sapatarias começam a se espalhar por outras ruas do Rio de Janeiro. A distribuição interna dessas lojas e a harmonia do cenário não variam. O branco, o verde-claro e o rosa são as cores adotadas exclusivamente. (...) O desenho representa a loja opulenta de um sapateiro português castigando seu escavo, a mulata, sua mulher, embora aleitando uma criança, não resiste ao prazer de espiar o castigo. O instrumento de suplício de que se serve o sapateiro chama-se “palmatória”, espécie de férula com furos de modo a não comprimir o ar e dar mais força ao golpe. O castigo, dado de conformidade com a falta, vai de uma a três dúzias de “bolos” seguidos.<sup>26</sup>

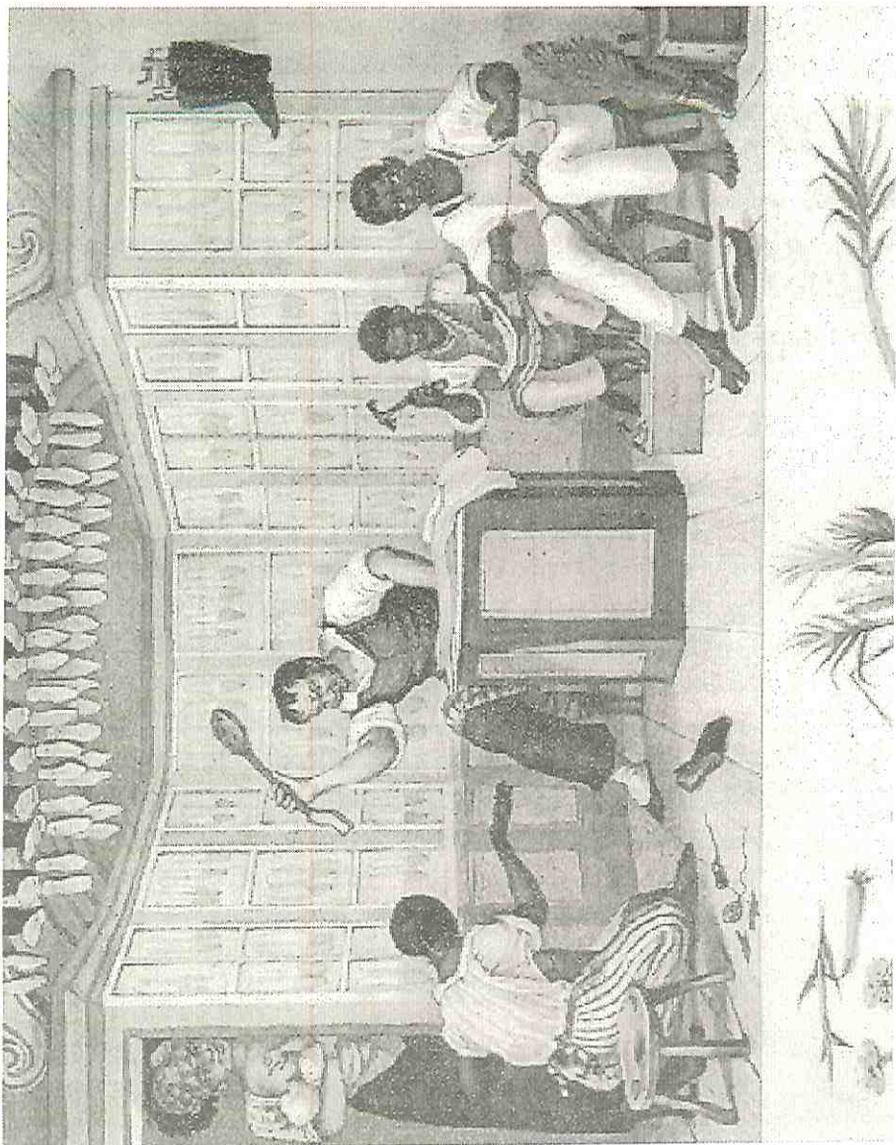
Assim, num só e contundente texto Debret nos retrata o ridículo de sapatos de pano esgarçando ao contato com as pedras do calçamento – e a presença insólita de tantas sapatarias no Rio colonial –, símbolo de *status* numa sociedade de pés descalços.

Além do mais, mostra como os pobres estão divididos e se hostilizam: o mulato, no caso a mulata, amásia do patrão, segurando o filho – que lhe garante o status de esposa – tal qual troféu, divertindo-se com os sofrimentos que estão sendo infringidos ao escravo/operário.

---

<sup>25</sup> Idem, p. 120.

<sup>26</sup> Idem, ibidem.



Prancha 29.

A escravidão, não é demais repetir, estabeleceu no convívio doméstico uma extrema ambivalência nas relações entre patrões e escravos, brancos e negros, homens e mulheres. Uma relação de dominação ao serviço de necessidades que exigem intenso convívio – como mostram as cenas de dentro de casa: a intimidade entre negros e brancos. Existe uma e norme ambigüidade nestas relações socialmente perversas. A escravidão é uma perversão social. Este é um aspecto que Debret captou perfeitamente na cena da “Sapatarias”.

#### e) A violência da escravidão

Embora seja o Brasil a parte do Novo Mundo onde escravo é tratado com maior humanidade, a necessidade de manter a disciplina entre uma numerosa população negra levou o legislador português a mencionar no Código Penal a pena do açoite, aplicável a todo escravo negro culpado de falta grave, deserção, roubo, ferimentos recebidos em briga, etc.... Por isso, todos os dias, entre nove e dez horas da manhã, pode-se ver sair a fila de negros a serem punidos, vão eles presos pelo braço, de dois em dois, e conduzidos sob escolta da polícia até o local designado para o castigo, pois existem em todas as praças mais freqüentadas da cidade pelourinhos erguidos com o intuito de inibir os castigados, que são em seguida devolvidos à prisão. Aí o carrasco recebe o “direito de pataca” por cem chicotadas aplicadas.

De regresso à prisão, a vítima é submetida a uma segunda prova, não menos dolorosa: a lavagem das chagas com vinagre e pimenta, operação sanitária destinada a evitar a infecção do ferimento. Essas penas são rigorosas, mas há outras, bárbaras. Assim, a que condena à morte pelo açoite o negro “calhembor”, fugitivo preso como chefe de “quilombo”, isto é, chefe de um

grupo de negros que constitui uma pequena aldeia escondida nas florestas virgens...

Esse condenado... sai da cadeia acorrentado com o carrasco; carrega um cartaz em que se escreve em letras grandes: “Chefe de quilombo”. A pena prevista é de trezentas chibatadas, dadas durante vários dias, com intervalos. No primeiro dia recebe ele cem, a razão de trinta de cada vez, em diferentes praças públicas, onde é exibido sucessivamente. Mas, naturalmente, a última execução abre novamente as chagas já profundas e ataca algumas veias importantes, provocando tal hemorragia que, regressando a prisão, o negro desmaia e sucumbe em meio a ataques de tétano.<sup>27</sup>

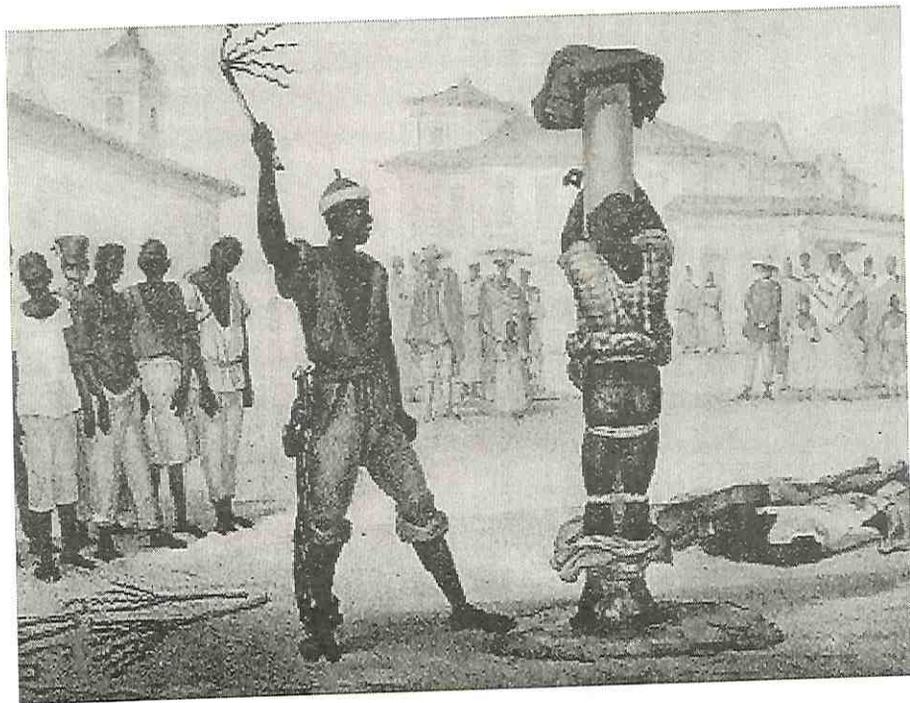
O destino cruel que a legislação reservou aos negros que escolheram a liberdade não deixa dúvidas com respeito aos limites da “humanidade” com que as classes dominantes brasileiras tratavam seus escravos e qualquer projeto popular baseado nas consignas do Iluminismo. Debret, em seguida, explica o retratado na “A aplicação do castigo do açoite” (prancha 45).

“O povo admira a habilidade do carrasco, que, ao levantar o brado para aplicar o golpe, arranha de leve a epiderme, deixando-a em carne viva depois da terceira chicotada. Conserva ele o braço levantado durante o intervalo de alguns segundos entre cada golpe, tanto para contá-los em voz alta como para economizar suas forças até o final da execução. Aliás, tem o cuidado de fabricar ele próprio seu instrumento, a fim de facilitar essa tarefa. (...)”

---

<sup>27</sup> Idem, p. 175.

Embora fortemente amarrado, como mostra o desenho, a dor dá-lhe energia suficiente para se erguer nas pontas dos pés a cada chicotada recebida, movimento convulsivo tantas vezes repetido que o suor da fricção do ventre e das coxas da vítima acaba polindo o pelourinho a certa altura. Essa marca sinistra se encontra em todos os pelourinhos das praças públicas.<sup>28</sup>



Prancha 45.

---

<sup>28</sup> Idem, p. 176-7.

## 5. JOHANN MORITZ RUGENDAS (1802-58)

Se a maior grandeza artística de Debret foi esta incorporação expressiva da rude sociabilidade do país, a pintura de Rugendas, um misto de romantismo e neo-classicismo, sofreu menor impacto. Nesse sentido, sua crítica social se faz mais diretamente em seus escritos enquanto em Debret é o país que o impregna – e que dá o caráter crítico de seu trabalho. Pois, diferentemente de Debret, observador arguto mas comprometido com a monarquia, Rugendas sente-se à vontade para criticar e propor soluções para aqueles que lhe parecem ser os maiores problemas do país. Assim, assinalando muito propriamente a clássica oposição entre Antígona e Creonte, vale dizer, entre os direitos da ordem familiar e os direitos do estado, Rugendas destaca o tema tão contemporâneo do patriarcalismo rural e do nepotismo:

É preciso acrescentar a esses perigos a influência de algumas famílias em certos distritos, influência que data não raro dos primeiros tempos da colônia e que tem paralisado, muitas vezes, a ação do governo, ou porque essas famílias e seus agregados ocupem todos os lugares da administração, fazendo reverter em seu benefício particular a influência das leis, ou porque se oponham, à força e abertamente, à execução das mesmas, confiando na suas relações com a corte e com os funcionários superiores, na lentidão das informações judiciárias e na indulgência criminosa do governo”.<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia/ Edusp, 1989. (p.118).

## A ótica dos viajantes: Rugendas

Em sua tese sobre *A imagem do Brasil na Literatura de viagem alemã do século XIX*, Lilian de Abreu Pessoa<sup>30</sup> aponta para a existência de uma dicotomia na visão dos viajantes alemães através da análise do testemunho de cinco alemães que descreveram o Brasil a partir de “olhares” diversificados, de cinco alemães que descreveram o Brasil a partir de prismas diversificados: Rugendas, o “artista”; Seidler, o “aventureiro”; Burmeister<sup>31</sup> o “cientista”; Devatz, o colono e Hormeyer o “propagandista”. Os depoimentos coincidem na caracterização do Brasil como um país de inúmeras belezas naturais mas cuja sociedade local é sempre avaliada de um prisma negativo. Esse duplo “beleza natural” versus “feiúra social” constitui uma vertente importante nas avaliações do país, refletindo-se mesmo na literatura infantil da época.

Johann Moritz Rugendas, nascido em Augburgo, foi contratado, em 1821, por Georg Heirich von Langsdorff – que estava na época na Alemanha e era o encarregado dos negócios russos no Rio de Janeiro – para ser o pintor oficial de uma expedição, sob o patrocínio da Rússia. A missão Langsdorff, como ficou conhecida, trouxe também naturalistas como o francês Ménetrie; Ludwig Riedel, jardineiro, Georg Freydreiss, biólogo, além de outros.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> PESSOA, Lilian de Abreu. *A Imagem do Brasil na literatura de viagem alemã do século XIX*. São Paulo, tese de doutorado, USP.

<sup>31</sup> BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo, Martins Fontes, 1952 (Biblioteca Histórica Brasileira).

<sup>32</sup> Para informações mais detalhadas ver Biblioteca Brasileira de Robert Bosch GmbH, Rio de Janeiro, Livraria Kosmos, 1992.

## a) Paisagens do Rio de Janeiro

“Talvez não exista no mundo uma região como a do Rio de Janeiro com paisagens e belezas tão variadas, tanto do ponto de vista da forma grandiosa das montanhas, tanto para o lado da cidade como para as montanhas, tanto para o lado da baía e suas ilhas como para o mar alto. Não são menores a riqueza e a variedade da vegetação. Alguns grupos de árvores dessas florestas primitivas, que cobriram outrora as colinas e as encostas das montanhas, permaneceram na vizinhança imediata da cidade. Nos vales mais longínquos e nos flancos menos abruptos dos montes, esses grupos transformam-se em bosques extensos encimados por rochas nuas. Mais perto da praia, as colinas e os vales enchem-se de plantações de café a chácaras esparsas, cercadas de bosques deliciosos e floridos de árvores e arbustos dos trópicos.”<sup>33</sup>

## b) A cidade e seus habitantes

Rugendas nos informa das transformações ocorridas no Rio de Janeiro com a transferência da Corte, a começar pelo número de habitantes, que dobra no espaço de dez anos. Além disso, comenta o fato de que com a abertura dos portos outros europeus deslocaram-se para o Rio, levando a um incremento importante da população branca com respeito à negra. Diz ele:

---

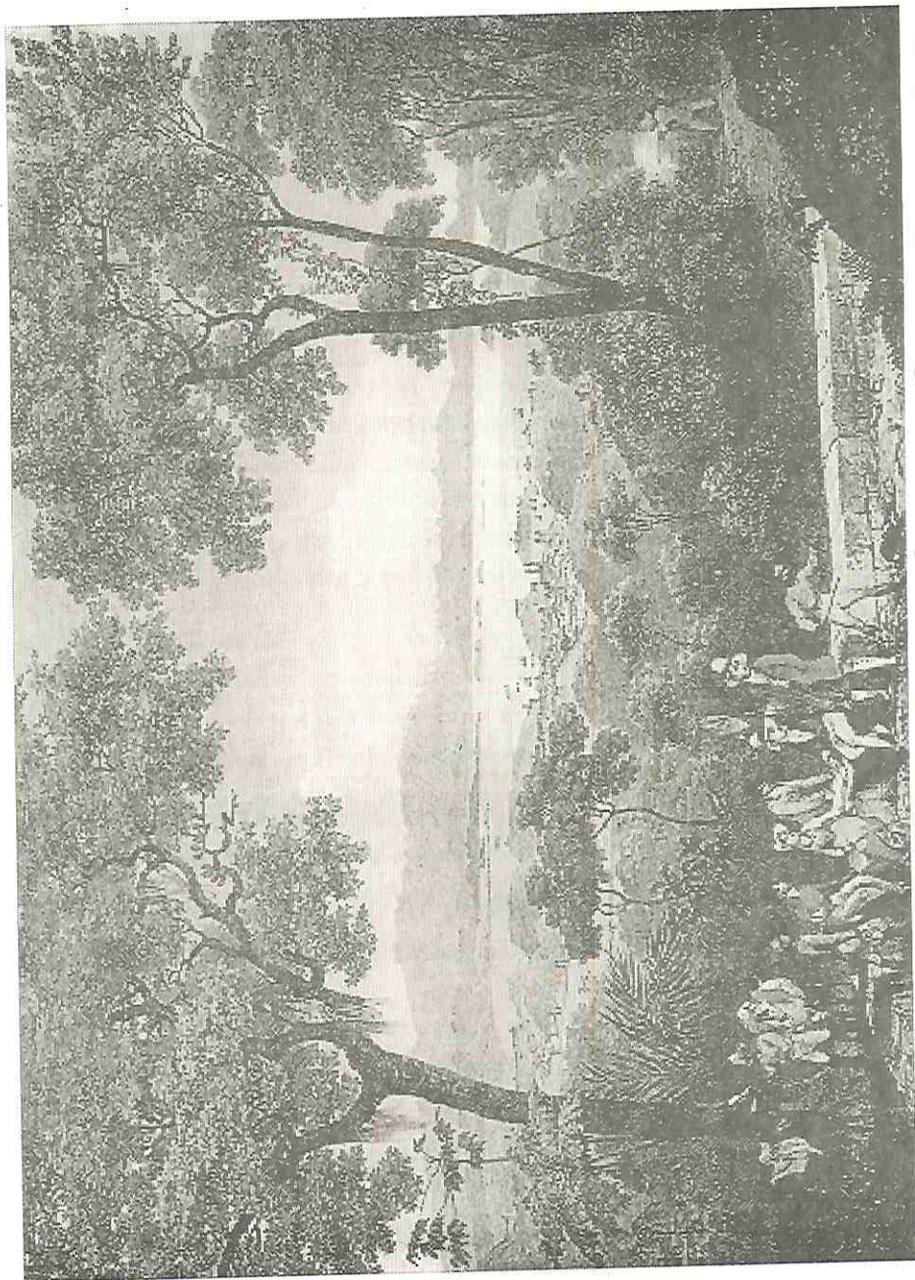
<sup>33</sup> RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo, Editora Itatiaia / Edusp, 1989, p.26-27.

Prancha 8: "Vue de Rio – Janeiro – prise de l'Acqueduc".

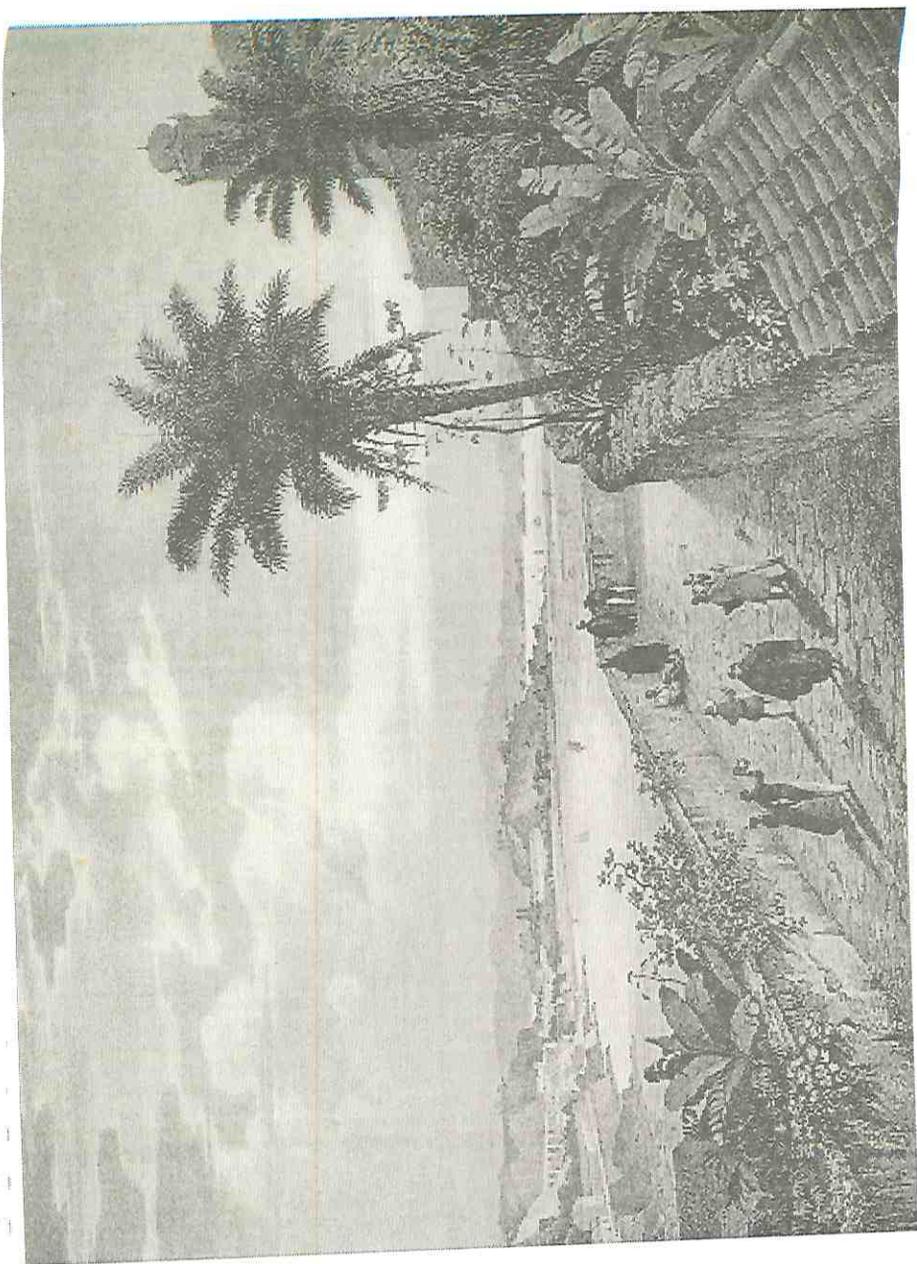
Prancha. 9. "Vue de Rio-Janeiro -prise de l'Eglise de Nortre-Dame de la Gloire".

Prancha 10: "Vue de la Montagne de Corcovado et du Faubourg de Cadete".

Prancha 11: "Botafogo".



Prancha 8.



Prancha 9.

religiosas e de procissões, e a alegria barulhenta com que são celebradas, principalmente entre as classes inferiores e nos bairros de Mata-Porcos, Gamboa e Valongo, onde se acompanham de fogos de artifícios, música e danças”.

### c) Características da escravidão brasileira

Nos capítulos referentes à vida dos europeus, Rugendas traça interessantes considerações sobre a sociedade rural daquela época, concentrando-se nos usos e costumes dos “colonos” de origem europeia, vale dizer, donos de engenho, usineiros e plantadores em geral. Com respeito à situação dos escravos, que é o nosso tema, sua posição é a dos iluministas da época. Vale dizer, Rugendas também está convencido de que a humanidade atravessa estágios distintos, sendo que os índios brasileiros estariam ainda no estado de selvageria. Contudo, fiel ao princípio de que todos os homens nascem iguais, preconiza o respeito dos europeus com respeito aos povos “que ainda estão na sua infância”, para usar a fórmula de Debret e é um crítico radical da escravidão. Comentando a permanência do tráfico de escravos, ele diz que:

as medidas tomadas pelas potências européias para reprimir o tráfico de escravos, longe de restringi-lo, prejudicam grandemente a sorte de milhares de indivíduos que dela são vítimas anualmente. A posteridade, que talvez venha a ter idéias mais precisas acerca do caráter e do objetivo da civilização, se espantará com saber que um fenômeno político tal como o tráfico dos negros tenha durado séculos sem que se elevasse a menor reclamação contra a sua injustiça e o que comporta de prejuízos para os próprios interesses das nações que dele participam; mas uma verdade ainda

mais triste parecerá ainda mais inverossímil: as potências que se dizem civilizadas, depois de terem proclamado solenemente que esse comércio infame constituía a vergonha do século, nada fizeram de positivo para extingui-lo, nem para diminuir os males dele decorrentes. Muito ao contrário, de sua atitude resultou, ou pela inconsciência dos legisladores, ou pela negligência, ou pela perfídia dos que tem obrigação de fazer observar a lei, uma espécie de garantia de impunidade do mal.<sup>36</sup>

A partir de dados recolhidos de relatórios oficiais brasileiros, Rugendas descreve as terríveis condições em que se processa o tráfico. Fala do espaço exíguo em que os escravos são amontoados e as condições de viagem em que

“o calor ardente do equador, a fúria das tempestades e alimentação, a que não estão acostumados (...), a falta de água, finalmente, consequência quase sempre inevitável da cobiça em virtude da qual se aproveita o menor espaço”<sup>37</sup>

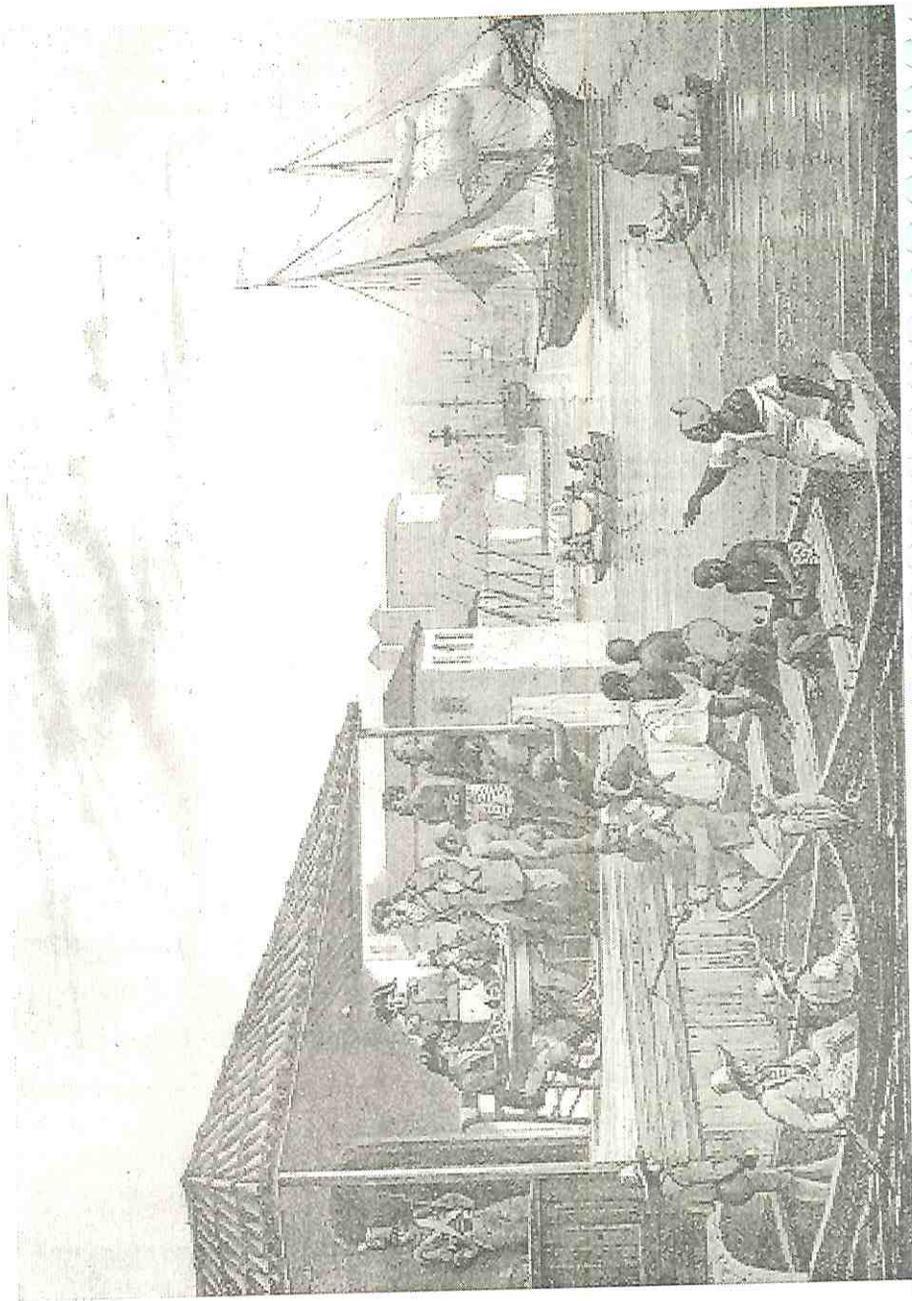
explicam a enorme mortalidade a bordo dos navios negreiros.

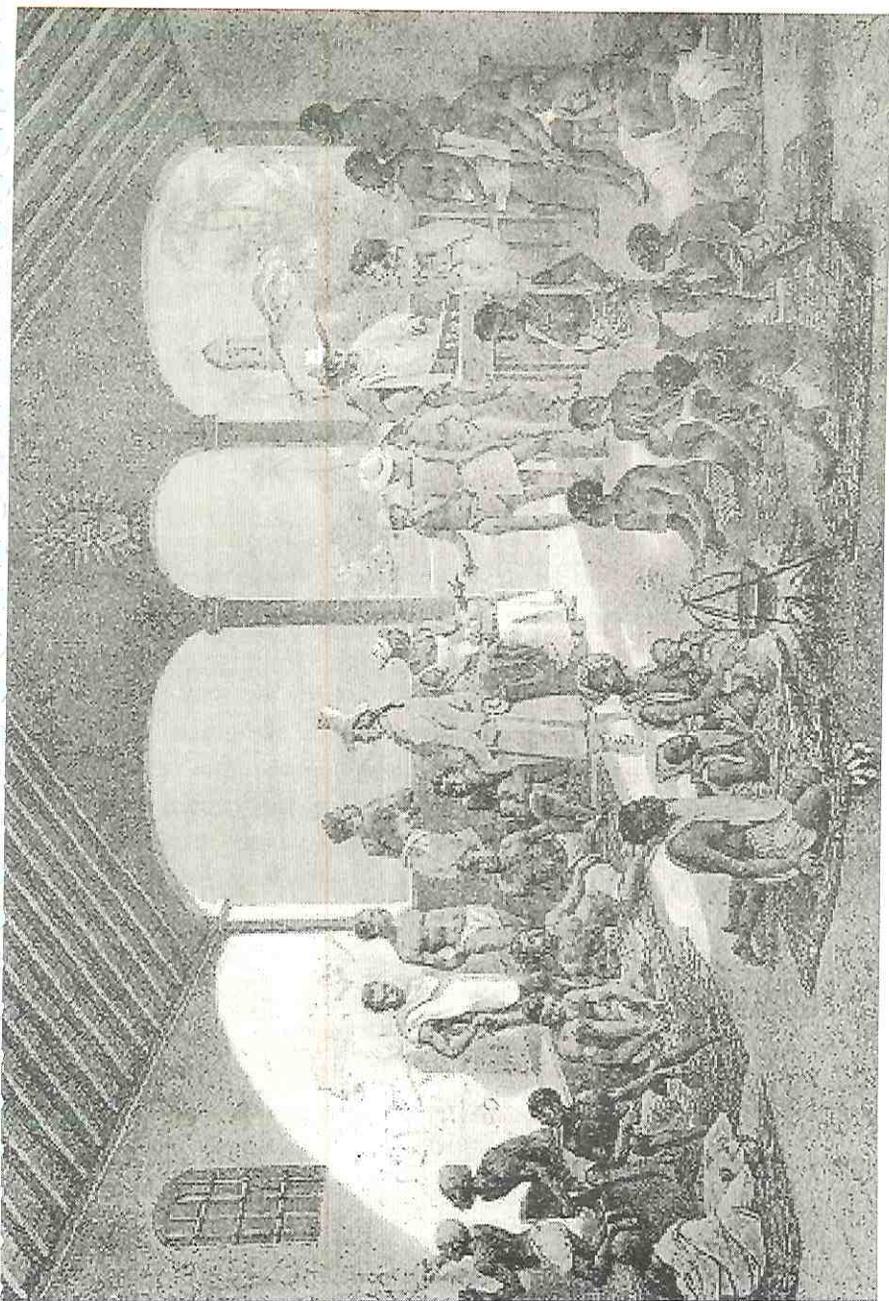
A condição mais dura do escravo rural, sempre sob a vigilância do feitor é denunciada na gravura sobre os “castigos domésticos” (prancha 10). Os castigos públicos (prancha 15), cuja ocorrência diária já se tornara um fato banal, são descritos de forma semelhante à que encontramos em Debret. Também com respeito à alforria a posição de Rugendas é extremamente lúcida. Ele mostra que o poder do senhor não encontra nenhum outro que o contradiga pois:

---

<sup>36</sup> Idem, p. 139.

<sup>37</sup> Idem, *ibidem*. As pranchas 2 (Débarquement) e 3 (Marché aux nègres) retratam a chegada dos escravos à alfândega e seu posterior deslocamento para o mercado.





“em última análise, o bem-estar ou mal-estar do escravo depende sempre do caráter pessoal ou dos caprichos dos senhores e, talvez, mais ainda, dos feitores. Considerando-se tudo isso (...) as conseqüências aflitivas que a escravidão, consagrada pelas leis, no que tem de mais inumano, pode acarretar (...) são muito suavizadas pela influência poderosa dos interesses pessoais, da razão, da humanidade e da religião; por outro lado, as leis, feitas para proteger os escravos contra os senhores, quase nenhuma influência tiveram sobre a sorte dos primeiros. Sua observância, de resto, não encontra outra garantia que não a desses elementos morais constitutivos da sociedade civil, que acabam sempre por se reunir ao que se chama opinião pública: é esse o único tribunal que pode realmente temer o senhor”.<sup>38</sup>

Finalmente, outro aspecto importante da questão diz respeito ao fato de que no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, ser negro não é só uma questão de cor ou sangue, mas, principalmente, de lugar social. Rugendas, referindo-se à rápida assimilação dos mulatos comenta que:

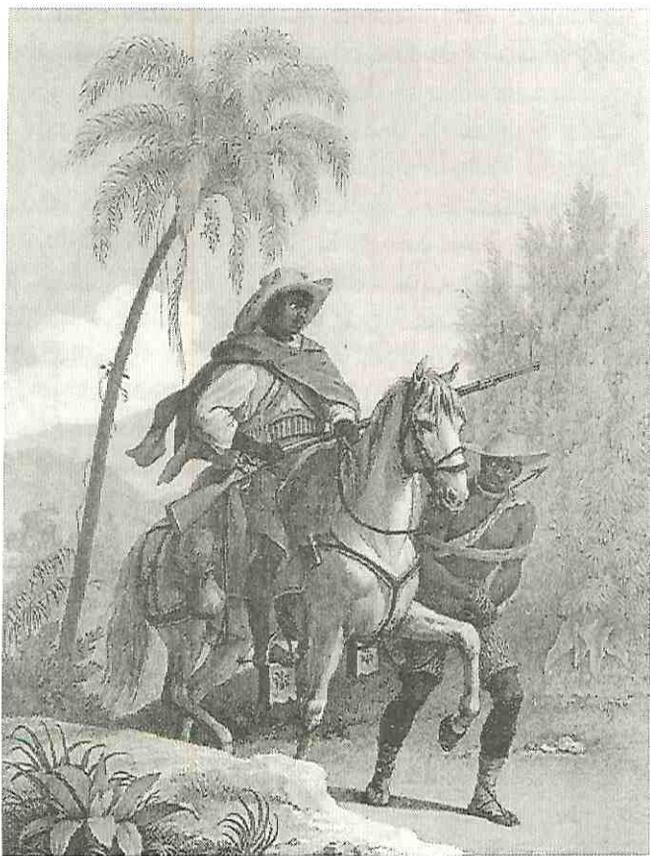
“seria fácil citar numerosos exemplos de homens que ocupam os cargos mais elevados e que se contam entre os mais hábeis funcionários, embora seu aspecto exterior revele, indiscutivelmente, a ascendência índia ou africana. Isso não tem a menor importância no país e o fato só é referido quando para responder a um estrangeiros, nunca por caçoada ou desprezo. Deste ponto de vista, nada caracteriza melhor o estado das idéias dominantes do que esta resposta de um mulato, ao qual se perguntava se determinado capitão-mor era também mulato. “Era”, respondeu, “porém já não é”. E, como o estrangeiro desejasse uma explicação para tão singular metamorfose, o mulato acrescentou: “Pois, senhor, capitão-mor pode ser mulato”?<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> Idem, ibidem.

<sup>39</sup> Idem, ibidem.

Na famosa gravura do “Capitão de Mato” (prancha 11) o “negro” é o escravo fugido que está à pé... Pois, por definição, a autoridade nunca é de cor negra. Aqui reside, sem sombra de dúvidas, a peculiaridade do racismo brasileiro. Negro é sempre o pobre. O último parágrafo da notável obra de Rugendas é o mais eloqüente exemplo de sua busca da verdade e de sua confiança na natureza humana, tão caras ao espírito iluminista. Ele é o primeiro viajante que se refere à luta pela liberdade dos escravos, em dois episódios notáveis:



Prancha 29

Há um fato notável na história dos negros do Brasil: a fundação da cidade de Palmares, em meados do século XVII. Cem anos, alguns grupos numerosos de negros fugidos se tinham reunido nas proximidades de Porto Calvo, na província de Pernambuco, criando um aldeamento; mas foram logo dispersos pelos habitantes que ocupavam então Pernambuco. Isso não impediu que em 1650 se erguesse, na mesma região, uma nova aldeia de negros fugidos, com o nome de Palmares (...) Após cinquenta anos de existência a população de Palmares atingira 20 000 habitantes. Fortificações de madeira protegiam a cidade, cuja área era muito vasta, disseminando-se as casas, todas elas cercadas de plantações de seus proprietários. Esse desenvolvimento provocou a inquietação do governo português. Em 1699, os governadores-gerais da Bahia e de Pernambuco, João de Lencastro e Caetano Melo reuniram-se para uma expedição em conjunto contra Palmares. Um exército de mil homens atacou a cidade, mas como carecesse de artilharia viu-se repellido. Só foi possível bater os negros com a chegada de reforços e de artilharia pesada. A cidade foi tomada e destruída; escravizaram-se as mulheres, as crianças e todos os que conseguiram escapar à carnificina do campo de batalha. O chefe dos negros e seus companheiros preferiram a morte: precipitaram-se todos do alto de um rochedo a cujos pés se situava a cidade.<sup>40</sup>

## 6. O TRABALHO ESCRAVO COMO MATRIZ RELACIONAL E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Os *negros de ganho* estão por todo o Rio de Janeiro. Ocupam as ruas das cidades. Sustentam-se, a si e a seus senhores, dos mais ricos àqueles caídos na miséria, para quem um negro de ganho, por mais velho que seja, é o único recurso. A classe mé-

---

<sup>40</sup> Idem, p. 163.

dia carioca, o “pequeno capitalista” como se dizia na época, satisfaz-se com a renda de um par de negros, recolhida semanalmente, que lhe permite levar ociosa existência: nada a ver com a escravaria numerosa que povoa as fazendas de café. Ter escravos é o investimento mais comum e o meio de vida habitual. Até os escravos libertos compram, assim que podem, seus próprios escravos também: alugam-nos para fora, como mucamas, pajens, cocheiros, tipógrafos, ajudantes de barbeiros, ou, então, põem-nos “ao ganho” pelas ruas.<sup>41</sup>

Rugendas, expondo as condições da escravidão urbana – que se diferencia muito do isolamento da vida rural – observa que grande parte da população escrava do Rio de Janeiro acha-se empregada em serviços domésticos, com pessoas ricas ou de posição. É um artigo de luxo, inerente antes à vaidade do senhor do que às necessidades da casa.

(...) Os escravos das grandes cidades, em sua maioria, são obrigados a pagar semanalmente, às vezes diariamente, determinada importância a seus senhores, importância que procuram ganhar pela prática de qualquer profissão: são marceneiros, seleiros, alfaiates, marinheiros, carregadores, etc.<sup>42</sup>

Nas cidades, os negros livres se distribuem pelas classes inferiores da população:

são operários, vendedores, ambulantes, diaristas. O número dos que conseguiram elevar-se à classe dos burgueses abastados é pequeno; no entanto, é-lhes fácil ganhar a vida, pois no Brasil,

---

<sup>41</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. "Olhar Escravo, Ser Olhado", In: *Escravos Brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo, ExLibris, 1988, p. xxiv.

<sup>42</sup> RUGENDAS, op. cit, p. 150.

como em todos os países onde a escravidão existe, o preço da mão-de-obra é muito elevado e os operários qualificados são muito procurados.”<sup>43</sup>

O depoimento de Debret vai no mesmo sentido:

“Tudo assenta pois, neste país, no trabalho negro; na roça, ele rega com seu suor as plantações do agricultor; na cidade, o comerciante fá-lo carregar pesados fardos; se pertence ao capitalista, é como operário ou na qualidade de moço de recados que aumenta a renda do senhor. Mas, sempre mediocremente alimentado e maltratado, contrai às vezes os vícios dos nossos domésticos, seguidos da venda do culpado aos habitantes do interior, onde o infeliz vai morrer a serviço do mineiro (o habitante de Minas Gerais, MLQM). Sem o consolo do passado, sem a confiança do futuro, o africano esquece o presente, saboreando, à sombra dos algodoais, o caldo da cana-de-açúcar; e, como essas plantas cansadas de produzir, acaba definhando a duas mil léguas de sua pátria, sem nenhuma recompensa pelos seus serviços menosprezados”.<sup>44</sup>

A escravidão, portanto, é temática recorrente entre os que escreveram sobre a “realidade nacional brasileira”. Toda a questão reside no peso e no valor que ela assume para os diferentes intelectuais cujas obras constituem a base do pensamento social brasileiro. A obra inaugural de Gilberto Freire – que tem sido apresentada como visão reabilitadora da escravidão, por descrever a face mais afetiva e interadora das relações entre negros e brancos nos tempos da Casa Grande / Senzala – abre um campo de interpretações “positivas” sobre a “realidade

---

<sup>43</sup> RUGENDAS, op. cit. p. 153.

<sup>44</sup> DEBRET, op. cit., p. 14.

nacional brasileira”, influenciando trabalhos na linha “culturalista”. Diferentemente, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda acentuaram o peso negativo e corrosivo do paradigma civilizatório da empresa escravagista-monocultora. Somadas, as três contribuições reconhecem que as piores seqüelas da escravidão estão relacionadas com a ética da ociosidade (o trabalho suja as mãos) e com a desvalorização da população negra. A escravidão é um ônus na medida em que impossibilita o exercício de direitos sociais básicos para a efetivação dos direitos políticos.

Em *Visão do Paraíso*,<sup>45</sup> Sérgio Buarque de Holanda trata do tema do imaginário europeu, nos séculos precedentes à descoberta da América, através de uma série de motivos míticos, tais como a geografia fantástica; a natureza pródiga, etc. A partir deste mesmo paradigma de motivos edênicos, o autor salienta duas variantes que se projetariam no ulterior desenvolvimento dos povos deste hemisfério. A primeira delas é constituída pelos colonos, que viajavam para a América Inglesa motivados “pelo afã de construir, vencendo o rigor do deserto e selva, uma comunidade abençoada isenta das opressões religiosas e civis por eles padecidas em sua terra de origem, e onde enfim se realizaria o puro ideal evangélico” – enquanto a segunda vertente é peculiar aos colonos ibéricos, “que se deixavam atrair pela esperança de achar em suas conquistas um paraíso feito de riqueza mundanal e beatitude celeste, que a eles se ofereceria sem reclamar labor maior, mas sim como um dom gratuito”.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> HOLANDA Sergio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Cia Editora Nacional: Coleção Brasileira, volume 333. Segunda edição, 1969.

<sup>46</sup> Idem, p. XVIII.

Para Sérgio Buarque, estas duas vertentes constituem um dos elementos explicativos de ulteriores distinções entre os modelos de desenvolvimento societário norte-americano e ibero-americano, na medida em que a ética do trabalho, em que Weber situa a maior afinidade eletiva entre capitalismo e protestantismo, é formadora de um projeto de colonização radicalmente diferente do projeto baseado no latifúndio e no trabalho escravo. Já no clássico *Raízes do Brasil*, ele apontava para outra distinção importante das mentalidades ibero-americanas e anglo-saxônicas. Assim, a “incapacidade organizativa” é o eixo das diferentes sociabilidades que caracterizam os empreendimentos de anglo-saxões e ibéricos. A grande diferença inscreve-se, desta maneira, no próprio inconsciente social pois, como o ressalta Sérgio Buarque:

um fato que não se pode deixar de tomar em consideração no exame da psicologia desses povos é a invencível repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho.... O resultado é que os ibéricos sempre foram infensos à moderna religião do trabalho e o apreço à atividade utilitária. Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português ou a um espanhol do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação.<sup>47</sup>

Não é de se admirar, portanto, o menoscaso com que os trabalhadores – escravos libertos ou livres – foram tratados ao longo da

---

<sup>47</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª edição, São Paulo: José Olympio, 1969, p. 9-10.

história do Brasil na medida em que sua atividade laboral não implicava no reconhecimento de sua cidadania. Com isto, as classes dominantes, restritas aos senhores rurais, à alta burocracia administrativa, sempre enfeixaram em suas mãos enorme poder, praticamente incontestado, de cujos males padecemos até hoje. As condições em que se processa a independência do Brasil (distinta da independência das demais nações latino-americanas) e as características de um mercado de trabalho “desterritorializado” (entre 1550 e 1850 cerca de 4 milhões de africanos foram para cá trazidos) estão na raiz do autoritarismo brasileiro, também impregnado do “patriarcalismo”.

O bem documentado trabalho de Mary C. Karasch<sup>48</sup> sobre a vida cotidiana dos escravos, na mutação da cidade do Rio de Janeiro de cidade colonial para capital imperial, desloca a problemática da história das mentalidades para a história da vida cotidiana, estabelecendo um diálogo diretamente com Gilberto Freyre. Trata-se de completa obra de reconstrução da vida e da cultura escrava brasileira com o objetivo de desafiar alguns mitos sobre a natureza da escravidão brasileira. O mito número um é descrito como a tese da benevolência dos senhores de escravos *whose gentle treatment made their slaves' lot in Brazil less rigorous than in North America*.<sup>49</sup> Outros mitos a serem demolidos: (2) a ausência de documentos relativos à escravidão negra que pudessem sanar a queima de documentos oficiais na abolição; (3) a afirmação de Gilberto Freyre de que os escravos brasileiros, advindos da

---

<sup>48</sup> *Slave Life in Rio de Janeiro 1808-1850*. New Jersey, Princenton University Press, 1987.

<sup>49</sup> *Idem*, p. XIX.

África Ocidental (como era o caso da Bahia), eram a nata dos povos africanos.<sup>50</sup> Finalmente, Karash esclarece a importância da escravidão urbana, lembrando que, em 1850, cerca de oitenta mil escravos trabalhavam no Rio de Janeiro, cifra jamais alcançada por qualquer outra cidade americana.<sup>51</sup>

O primeiro capítulo do livro estabelece um acurado mapa das origens étnicas dos escravos africanos, comprovando que a maioria dos escravos (em torno de 70%) vinha da África Centro-Oeste (Congo, Angola e Benguela) no segundo, sobre o mercado escravo, Karash chega às seguintes conclusões: *the post-1830 period, that the new Africans sold in the Rio market were primarily children above five or six and young teenagers.*<sup>52</sup> Os dados acusam também uma desproporção sexual: a preferência por jovens do sexo masculino: quase 43% dos escravos trazidos pelos navios eram meninos. Além disso, a proporção de mulheres é de cerca de 1/3 dos homens. Discutindo as causas das mortes, Karash estabelece que *first, slaves died at a rate higher than that of free population*<sup>53</sup> e também que: *these who died and*

---

<sup>50</sup> Veja-se, por exemplo, as seguintes afirmações: "Deve-se, porém, salientar que a colonização africana realizou-se principalmente com elementos bantos e sudaneses. Gente de áreas agrícolas e pastoris. Bem alimentada a leite, carne e vegetais. Os sudaneses da área ocidental, senhores de valiosos elementos de cultura material e moral, uns e outros adquiridos e assimilados dos maometanos", (p. 310) (...) São em geral pretalhonas de elevada estatura – essas negras que é costume chamar de baianas. Heráldicas. A estatura elevada é aliás um característico sudanês, que convém salientar. (p. 314) in FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Editora Record, 28º.

<sup>51</sup> KARASH, op. cit. p. xxi: New Orleans, for example, had only 14, 484 "bondsmen" in 1960.

<sup>52</sup> Idem, p. 33.

<sup>53</sup> Idem, p. 109.

*became "as almas" where young boys and women in the childbearing years of heir children. The exceptional mortality of the young is what all new slaves would have to confront – either their own death at an early age or those of their children.*<sup>54</sup>

Essa é a questão: como conciliar as altas taxas de mortalidade dos escravos no Brasil à afirmação de que a nossa escravidão foi mais benigna do que a norte-americana, onde a esperança de vida era muito maior? Trata-se do principal argumento de Karash contra aquilo que ela chamou do mito de Gilberto Freyre, após documentada análise do “tratamento” dado aos escravos do ponto de vista das condições materiais de existência (castigos físicos, da alimentação e moradia) e das funções econômicas executadas por escravos.

In other words, slaves died in the larges numbers of the disease whose incidence as decreases as a populations group’s standard of living improves. Slave who were “badly dressed, exposed to all injuries of the air, (and) subject to an almost continuous work” could not preserve their health or resist that attacks of disease. The result was inevitable “depopulation” among the slaves, or, as the author of a planter’s manual admitted, America “devoured” the blacks.<sup>55</sup>

Assim, não somente o Brasil devorou seus escravos, como o fez principalmente através do infanticídio. As crianças e os jovens (inclusive as jovens mães) eram os atingidos com maior intensidade pelas privações materiais impostas pelo sistema escravagista. Ao mesmo

---

<sup>54</sup> Idem, p. 110.

<sup>55</sup> Idem, p. 183-4.

tempo, pela força de sua presença a(s) cultura(s) africana(s) transforma o cotidiano dos brancos, através das babás, das mucamas, da negra velha e todas as demais figuras femininas onipresentes nas casas e nas ruas. Isto sem se falar do processo de miscigenação que criou um país em que a maioria não é branca nem preta.<sup>56</sup> A escravidão no Brasil foi tão abominável como em qualquer outro lugar do mundo, mas, diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, o fato da sociedade não se diferenciar tão rigidamente, criando verdadeiros estamentos sociais com cláusulas de “intocáveis”, permitiu uma maior mistura de raças e cores, tornando mais complexa a relação entre negro e brancos.

## 7. CONCLUINDO: O BRASIL TAL COMO ELE É<sup>57</sup>

A herança colonial pesa portanto como um fardo sobre as gerações presentes. Não é pois de surpreender a mística e o encanto que os Estados Unidos da América causaram – especialmente que as colônias dos puritanos, tenham servido como ideal de democracia e desenvolvimento econômico – frente às vicissitudes que pontilham a história dos primos pobres, de língua ibérica. O contraponto entre o paradigma civilizatório norte-americano e o ibérico marca os escritos fundamentais que constituem o pensamento social latino-americano. Sérgio

---

<sup>56</sup> DEGLER, Carl N. *Nem Preto Nem Branco. Escravidão e relações raciais no Brasil*, p. 28: "A chave para desvendar o mistério das diferenças no relacionamento racial entre o Brasil e os Estados Unidos é a "saída de emergência" do mulato.

<sup>57</sup> O título me foi sugerido pelo viajante SCHLELICHTHORST cujo livro intitulase, ironicamente: o Rio de Janeiro como é 1824-1846 (uma vez e nunca mais).

Buarque de Holanda parte deste contraponto para explicar nossas desvantagens com respeito à emergência do cidadão. O “homem cordial” sintetiza nossos limites e marca uma visão negativa com respeito ao nosso passado. Gilberto Freire, nesse sentido, desponta como aquele estudioso que avalia positivamente nossas raízes, ressaltando aspectos até então pouco conhecidos do cotidiano do Brasil escravagista, para concluir pela originalidade e sucesso do encontro luso-africano em terras brasileiras.

Manuela Carneiro da Cunha destaca uma dimensão pouco discutida da escravidão. Situando-se entre uma divisão de campos entre “defensores da benignidade da escravidão brasileira” versus “críticos da escravidão”, a autora comenta que “o paternalismo que Gilberto Freyre descreveu, e que foi tão contestado posteriormente, teve uma existência real e até crucial.” Mas este paternalismo não implicou na maior benignidade da escravidão no Brasil, “mas na forma brasileira, feita de favores, lealdades pessoais, clientelismos, de constituição de camadas dependentes”.<sup>58</sup>

A intimidade compartilhada por brancos e negros na esfera familiar e doméstica – tão bem documentadas pelas gravuras de Debret – estão na base das relações de lealdade pessoal, de amor e de ódio próprias ao convívio entre senhores e escravos em que a própria subjetividade está comprometida pela realidade (e as fantasias) originadas pela situação extrema de poder dos senhores de escravos. A ama de leite negra que alimenta a criança branca, muitas vezes em detrimento do

---

<sup>58</sup> CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985. p.11.

próprio filho; a eventual condescendência do patrão e a própria possibilidade da alforria obrigam a uma atitude de ambígua subordinação e submissão aos caprichos dos patrões e patroas.

Debret comenta que uma legislação colonial, pouco obedecida na prática, mas posta em vigor pelo Império, dizia que: “depois de dez anos de serviço, todo escravo pode oferecer a seu senhor a importância equivalente ao preço de sua aquisição *in loco*, mediante um requerimento entregue à aprovação do soberano, forçar seu amo a vender-lhe um certificado de alforria”. Não é preciso dizer das dificuldades que um negro teria em obter tal libertação se houvesse alguma oposição do senhor.

Daí a necessidade do escravo em desenvolver uma estratégia de bom relacionamento que levou muitos estudiosos, desavisados, a elogiarem a generosidade do patronato brasileiro... Esta regalia, ademais, limitava-se àqueles escravos cujos serviços permitissem alguma forma de “sobre-lucro”, como já foi referido com respeito ao vendedor de cestos. Debret conclui, corretamente, que:

somente o negro operário pode aspirar a essa felicidade, porquanto, colocado pelo seu senhor a serviço de um artífice qualquer, é-lhe possível interessá-lo pela sua habilidade e boa conduta e obter o adiantamento da importância necessária, constituindo-se, por escrito, seu escravo operário até que o número de dias, avaliado em determinado valor, amortize a dívida contraída... Em semelhantes circunstâncias, a negra tem sempre maior número de possibilidades, pois acha-se colocada sob a influência direta da generosidade de seu padrinho, não raro homem rico, dos filhos e amigos de seus senhores e, finalmente, de seus amantes, às vezes um branco que lhe adianta, a título de em-

préstimo, a importância necessária, constituindo-se legalmente seu senhor até o reembolso da soma avaliada em determinado tempo de serviço.<sup>59</sup>

A ambivalência de ódio e amor, presente na convivência doméstica, tem um equivalente da liberdade/cerceamento dos *escravos de ganho* que dominam as ruas do Rio de Janeiro colonial. Analisando as aquarelas de Debret, Rodrigo Naves aponta como a “forma” da arte de Jean Baptiste – completo pintor clássico ao desembarcar no Brasil – é afetada pela perversa lógica das relações escravagistas/urbanas que termina por mudar seus traços.

Nas aquarelas, o estatuto dúbio dos *escravos de ganho* – o grosso dos escravos do Rio, que precisavam prestar contas de seu trabalho ao senhor apenas ao final do dia, quando deviam entregar-lhe uma soma preestabelecida – alcançará uma representação altamente reveladora. Temporariamente livres para cumprir sua tarefa – venda de quitutes, frutas, carregando coisas, etc. – os *negros de ganho* aparecem na cidade com uma desenvoltura impossível de imaginarmos se comparados a *escravos do eito*. Pela natureza de seu trabalho combinam liberdade e submissão. Na conquista dos fregueses, se comportam sedutoramente, mas devem, no final da jornada, retornar à condição servil, da qual os castigos corporais não estão ausentes. Debret representa com perfeição essa vivacidade que toma conta das ruas do Rio. Nas suas cenas, negros, negras e mesmo brancos se mostram com desembaraço, até mesmo alegres. No entanto, a forma de representação dessa existência agitada e colorida de alguma maneira contraria aquela vivacidade. Os corpos e a composição dos desenhos revelam uma debilidade incapaz de

---

<sup>59</sup> DEBRET, op cit. p.,120

confirmar a desenvoltura dos escravos. Em lugar dos contornos fortes do neoclassicismo, sobressai o interior das formas (...) aproveitando-se o aspecto raro da aquarela para realçar a precariedade dos corpos intensos e frágeis, eles oscilam entre afirmação e incerteza, como a própria vida dos *negros de ganho*.<sup>60</sup>

Os momentos de liberdade – e alegria – na rua encontram-se comprometidos pela violência da relação escravo/senhor que impera no âmbito doméstico. Os *escravos de ganho* são uma espécie de alegoria das relações capitalistas, ou melhor, uma proto-forma das relações de dependência e submissão que ainda atam milhões de brasileiros ao mando senhorial.

---

<sup>60</sup> NAVES, Rodrigo. “Os dilemas da arte brasileira de Debret” in *O Estado de S Paulo*, 22/2/94.

NOME (Name): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENDEREÇO (Address): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RECEBEMOS: \_\_\_\_\_

We have received: \_\_\_\_\_

FALTA-NOS: \_\_\_\_\_

We are lacking: \_\_\_\_\_

ENVIAMOS EM PERMUTA: \_\_\_\_\_

We are sending in exchange: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

Date: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA  
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further  
publications are not wanted.

À  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH  
**SETOR DE PUBLICAÇÕES**  
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"  
Caixa Postal 6.110  
13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.8342  
Telefax (019) 239.3327

